

ENTRE ENCONTROS E DESENCONTROS: REPRESENTAÇÃO, DEBATE PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA COMUNIDADE LIBANESA DE SÃO PAULO E FOZ DO IGUAÇU¹

BETWEEN UPS AND DOWNS: SÃO PAULO AND FOZ DO IGUAÇU LEBANESE COMMUNITIES' REPRESENTATION, PUBLIC DEBATE, AND POLITICAL PARTICIPATION

Isabelle Christine Somma de Castro²

Endereço profissional: Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais – USP, Rua do Anfiteatro, 181, Colmeias, Favo 7, Butantã,
CEP: 05508-060
São Paulo (SP)

E-mail: isasomma@hotmail.com

Resumo: Este artigo discute a recepção de imigrantes libaneses no Brasil e seus esforços para se integrar. Primeiro são abordados os debates sobre imigração e a representação da imprensa dos recém-chegados. A mobilização política das duas mais proeminentes comunidades libanesas do país, a mais velha e menos conectada de São Paulo e a mais nova e coesa em Foz, é contrastada. Para concluir, sugere-se que a participação na política partidária é um passo comum para membros da comunidade que obtiveram êxito nos campos econômico e educacional.

Palavras-chave: Imigração libanesa; Muçulmanos no Brasil; Imigrantes na política.

Abstract: This article discusses the Brazilian reception of Lebanese immigrants and their efforts to integrate. First, it examines the debates about immigration and the press representation of the newcomers. The political mobilization of the country's two most prominent Lebanese communities, the older and less connected from São Paulo and the newer and more cohesive of Foz do Iguaçu, is contrasted. The paper suggests that engaging in party politics is a common step for community members after achieving economic and educational success.

Key words: Lebanese immigration; Muslims in Brazil; immigrants in politics

¹ Este estudo foi financiado pela Fapesp: processos 2016/12.824-6 e 2018/06825-5. A autora agradece as sugestões de Mamadou Alpha Diallo e dos dois pareceristas, mas assume responsabilidade por eventuais erros cometidos.

² Doutora em História Social (USP), com estágio doutoral na Universidade de Cambridge, e mestre pelo programa de Língua, Literatura e Cultura Árabe do Departamento de Letras Orientais (USP). Pós-doutoranda pelo Departamento de Ciência Política (USP), com bolsa Fapesp. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais (Nupri-USP), do Grupo de Pesquisa Tríplice Fronteira e Relações Internacionais (GTF/Unila), do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU) e tesoureira do Instituto da Cultura Árabe (2020-2022). Foi Visiting Scholar no Arnold A. Saltzman Institute of War and Peace Studies, Universidade de Columbia entre 2018/2019.

A história da imigração é também uma história do contato entre povos que passam a coexistir no espaço público de um mesmo país. Esse contato pode incluir estranhamentos e aproximações, encontros e desencontros que não impedem necessariamente uma futura coexistência pacífica nem processos, sejam eles de assimilação, aculturação ou integração daqueles que chegaram. É uma história de relações sociais e de seus ajustes, que muitas vezes implicam a eclosão de elementos de distinção, constituintes da própria construção da alteridade. A partir dessas dinâmicas também podem surgir elementos xenofóbicos, estigmas e estereótipos, especialmente quando se trata de uma comunidade que não se enquadra na classificação hegemônica europeia/ocidental.

Os imigrantes de origem árabe, ao longo dos últimos 150 anos, desembarcaram no Brasil em períodos e contextos históricos distintos, tanto em sua terra de origem como no país de desembarque, onde encontraram situações de maior ou menor acolhimento por parte da sociedade local. Esse artigo pretende abordar os diferentes aspectos da percepção sobre e dos imigrantes sírio-libaneses em duas cidades brasileiras, São Paulo e Foz do Iguaçu, onde se encontram grandes comunidades árabes. Pretendemos observar três eixos específicos: o debate público, envolvendo as representações e as controvérsias, a participação e mobilização de membros da comunidade na política e a questão da etnicidade, com ênfase nas comunidades muçulmanas que registram integrantes de imigração mais recente. Além de basear-nos em fontes secundárias, acrescentaremos relatos colhidos em pesquisa de campo realizadas em São Paulo e Foz do Iguaçu entre 2018 e 2020, além de documentos oficiais, também disponibilizados pela Lei de Acesso à Informação.

Na primeira parte deste artigo discutiremos como foi a recepção e as controvérsias em torno da chegada dos primeiros fluxos migratórios de sírio-libaneses ao país, no início do século XX, a fim de observarmos diferenças ou semelhanças com os mais recentes. Em seguida, serão discutidas representações da mídia e de forças de segurança brasileiros e as reações da colônia diante de episódios de intolerância. Também analisaremos a participação e mobilização política relacionadas tanto a questões nacionais como externas. Por último, apresentaremos nossas considerações finais.

Primeiros encontros

O Brasil é comumente apresentado como o país que detém o maior contingente de libaneses³ e descendentes que vivem fora das fronteiras do Líbano: a informação é difundida pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro, que estimou o número entre 7 a 10 milhões⁴, sem que houvesse a corroboração de estudos específicos. Recentemente, em 2020, a Câmara de Comércio Árabe Brasileira (CCAB), promoveu e divulgou uma pesquisa sobre o tema com abrangência nacional. Realizado pelo Ibope, o estudo estimou que havia cerca de 11,6 milhões de árabes e descendentes vivendo no Brasil, o que equivaleria a 6% da população. O número de libaneses e descendentes foi avaliado em 27% desse total, o que equivale a 3,1 milhão – o número não inclui os 25% que se declararam descendentes de árabes, mas não sabem a nacionalidade de seus antepassados⁵. Apesar de o país ter essa percepção, sabe-se que Estados Unidos e Argentina receberam fluxos maiores. Muitos daqueles que se dirigiam especificamente a um dos dois países mencionados acabaram por aportar no Brasil por razões diversas, entre elas o fechamento das portas dos EUA para os imigrantes não qualificados em 1924⁶ e eventuais equívocos no embarque em navios com destino à “Amrik” – referência que poderia ser Estados Unidos da América, mas também a América do Sul.

Os primeiros fluxos de imigrantes do Levante desembarcaram no Brasil a partir de 1870, tendo como ápice o período de 1895 a 1920⁷. Na chegada ao país, eram registrados, primeiramente, como “turcos” devido ao passaporte emitido pelo Império Otomano, que ocupava as províncias correspondentes às atuais República do Líbano e República Árabe da

³ Utilizamos aqui a designação “libaneses” apesar do fato de o território autônomo do Grande Líbano ter sido oficializado somente em 1920 e a região ter se tornado uma república independente somente em 1943. Claude Hajjar destaca que em 1916 alguns imigrantes no Brasil já se identificavam como libaneses (*Imigração Árabe, 100 anos de Reflexão*. São Paulo: Cone Editora, 1985, p. 37).

⁴ BRASIL. Visita do Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, ao Irã e ao Líbano – 13 a 16 de setembro de 2015. Nota 354. *Ministério das Relações Exteriores*. Brasília, 11 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11370:visita-do-ministro-das-relacoes-exteriores-mauro-vieira-ao-ira-e-ao-libano-13-a-16-de-setembro-de-2015&catid=42&Itemid=280&lang=pt-BR> Acesso em: 10 mar. 2020.

⁵ SOUSA, Thais. Comunidade árabe é 6% da população brasileira, diz pesquisa. *Agência de Notícias Brasil-Árabe*, São Paulo, 22 jul. 2020. Disponível em: < <https://anba.com.br/comunidade-arabe-e-6-da-populacao-brasileira-diz-pesquisa/>> Acesso em: 22 jul. 2020.

⁶ NAFF, Alixa. Lebanese Immigration into the United States: 1880 to the present. In: HOURANI, Albert e SHEHADI, Nadim (Edit.). *The Lebanese in the world: a century of emigration*. Londres: I.B. Tauris, 1992, pp. 139-165, p. 143. Em 1924, foi estabelecido a lei conhecida como Johnson-Reed, que limitou a entrada de somente 100 imigrantes libaneses por ano.

⁷ TRUZZI, Oswaldo. *Patrícios. Sírios e Libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p. 39.

Síria. Por isso, todos os imigrantes oriundos da região foram assim classificados até 1892, mesmo que a origem étnica fosse árabe. Em seguida, o contingente passou a ser dividido pelas autoridades migratórias brasileiras entre “sírios” e “turco-árabes”. Após a Primeira Guerra Mundial, com a submissão de ambos os territórios ao mandato francês, os registros passaram a ser mais específicos. Contudo, foi somente em 1926 que os “libaneses”, apesar de ainda não existir o país, foram reconhecidos como uma categoria oficial. Com a independência do Líbano e da Síria, respectivamente em 1943 e 1946, o registro imigratório brasileiro passou a reconhecer a nacionalidade⁸.

Os destinos mais comuns da maior parte dos recém-chegados levantinos eram os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. No censo nacional realizado em 1940, foram identificados 160 mil sírio-libaneses e descendentes morando no país, sendo que a metade deles se encontrava no Estado de São Paulo⁹. Na década de 1950, o Estado do Paraná também registrava contingentes de sírios e libaneses estabelecidos como comerciantes e mascates. Nesse período, Foz do Iguaçu, no extremo oeste do Estado, começou a receber os primeiros imigrantes árabes¹⁰, que incluíam também palestinos. Os maiores contingentes se instalaram no município paranaense durante a Guerra Civil Libanesa (1975-1990), especialmente após a invasão israelense no sul do Líbano em 1982¹¹ – região originária de grande parte dos imigrantes, assim como o Vale do Bekaa. A região fronteiriça com o Paraguai e Argentina se mostrava atrativa pela abertura de novas oportunidades comerciais criadas a partir da inauguração da Ponte da Amizade, em 1965, que incrementou o turismo de compras, além do significativo aumento populacional causado pela demanda de trabalhadores para as obras de construção da Hidrelétrica de Itaipu na década de 1970¹². A estimativa é de que o número de imigrantes provenientes de países árabes abranja cerca de 10% da população local¹³, que totalizava 256.088 habitantes, de acordo com o Censo

⁸ KNOWLTON, Clark. The social and the spatial mobility of the Syrian and Lebanese community in São Paulo, Brazil. In: HOURANI, Albert e SHEHADI, Nadim (Edit.). *The Lebanese in the world: a century of emigration*. Londres: I.B. Tauris, 1992, pp. 243-312, p. 291.

⁹ TRUZZI, Oswaldo. *Patrícios. Sírios e Libaneses em São Paulo*. Op. cit., p. 41. Truzzi cita como fonte o trabalho de Clark Knowlton, *Sírios e Libaneses: mobilidade social e espacial*, São Paulo: Anhambi, 1961.

¹⁰ RABOSSI, Fernando. Terrorist Frontier Cell or Cosmopolitan Commercial Hub? The Arab and Muslim Presence at the Border of Paraguay, Brazil, and Argentina. In: AMAR, Paul (Org.). *The Middle East and Brazil: Perspectives on the New Global South*. Bloomington: Indiana University Press, 2014.

¹¹ MONTENEGRO, Silvia. Sense of community among Muslims in the Brazil–Paraguay border: narratives of belonging and generational differences. *Journal of Contemporary Religion*, 33:3, pp. 509-526, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13537903.2018.1535376> Acesso em: 02 abr. 2020, p. 510.

¹² NASSER, Salem H. A fronteira e o não lugar do terrorismo. In: SCHERER, L., Goulart, F. e VELOSO, P. (Org.). *Brasil-Líbano. Legado e Futuro*. Brasília: Funag, p. 121-146, 2017, p. 126.

¹³ PINTO, Paulo G. H. R. Islã em números. Os muçulmanos no Censo Demográfico de 2010. In: TEIXEIRA, Faustino e MENEZES, Renata (Org.). *Religiões em Movimento: Censo de 2010*. Petrópolis: Editora Vozes: 2013, p. 267-282,

Demográfico de 2010. A maior parte deles é de libaneses seguidos de longe pelos palestinos, além de sírios, egípcios, jordanianos, entre outros¹⁴.

Os fluxos de recém-chegados do Oriente Médio no país não receberam apoio para a transferência para o Brasil como ocorreu com parte de europeus e japoneses no final do século XIX e início do século XX, cujo transporte e moradia eram subsidiados pelo Estado. Nesse período, a viagem de sírio-libaneses era um empreendimento pessoal, espontâneo, que dependia em grande medida de redes de auxílio patrocinadas por parentes e amigos que já se encontravam no país. Sua inserção social era marcadamente urbana e baseada na atividade terciária, especialmente através da venda de produtos por meio do ofício de mascate. A maior parte deles era formada por cristãos, especialmente maronitas¹⁵, diferentemente das últimas décadas, em que o fluxo se tornou predominantemente de muçulmanos¹⁶.

As barreiras para as primeiras levas de imigrantes, antes da década de 1930, podem ter sido menores para serem aceitos pela sociedade brasileira em relação a outros grupos vindos do Oriente. Apesar de seguirem ritos cristãos orientais, a religião da maioria também não criou dificuldades – muitos passaram a professar o catolicismo. Segundo aponta André Gattaz, a aceitação sem grandes tensões nesses primeiros tempos teria ocorrido pela influência de quatro fatores: a ausência da questão racial relacionada a sírio-libaneses – eram vistos como brancos –; ocupavam uma atividade comercial que teria proporcionado um “contato diário e íntimo com pessoas das mais diversas categorias sociais”; estavam dispersos por várias cidades do país graças ao ofício de mascate; e registravam um alto índice de casamentos interétnicos¹⁷.

Contudo, a questão racial foi mais controversa do que parece, especialmente durante a década de 1930. A discussão em torno da necessidade de um “branqueamento” da população, empreendida por parte de intelectuais e membros do governo nas primeiras décadas do século XX, como Oliveira Vianna e Guilherme de Almeida, incluía a crença de que era necessário importar trabalhadores europeus, especialmente rurais. Ao mesmo tempo, se rechaçava a presença de imigrantes asiáticos e africanos. Para o pesquisador

¹⁴ BRASIL. Censo Demográfico de 2010. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=410830&search=parana|foz-do-iguacu|infogr%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria>> Acesso em 5 jul 2015. PINTO, Paulo G. H. R. Islã em números. Os muçulmanos no Censo Demográfico de 2010. Op. cit.

¹⁵ KNOWLTON, Clark. The social and the spatial mobility of the Syrian and Lebanese community in São Paulo, Brazil. *Op. cit.*, p. 297.

¹⁶ MEIHY, Murilo. *Os Libaneses*. São Paulo: Editora Contexto, 2016, p. 175.

¹⁷ GATTAZ, André. *Do Líbano ao Brasil: história oral do imigrantes*. São Paulo: Editora Pontocom, 2015, p. 104-105.

norte-americano Jeffrey Lesser, o rápido sucesso comercial e a concentração espacial em bairros das grandes cidades fez com que a elite brasileira passasse a considerar sírios, libaneses e judeus – incluindo também os do Leste Europeu – como não assimiláveis. A discussão se mostrava contraditória, em função dos inegáveis benefícios econômicos que os imigrantes traziam e, por isso, pode indicar a prevalência de elementos racistas e preconceituosos. A Constituição de 1934 incorporou os posicionamentos excludentes através da introdução de quotas para o recebimento de novos imigrantes e ao conceder o direito ao governo federal de negar a entrada de estrangeiros com base em sua origem étnica¹⁸.

A nova legislação tinha como alvo preferencial os japoneses, mas logo foi usada para barrar imigrantes árabes. No mesmo ano da promulgação da Constituição, o governo de Getúlio Vargas impediu a entrada de um grupo de assírios vindo do Iraque, apesar de ter se comprometido a recebê-los num primeiro momento. Desde 1932, a Liga da Nações vinha promovendo esforços para reassentar um contingente de 20 mil refugiados assírios, uma minoria católica originária da Anatólia e que havia sido instalada na Mesopotâmia pelo governo da Grã Bretanha durante a Primeira Guerra Mundial. Com a independência do Iraque em 1932, os assírios se viram fragilizados com a retirada de seus patrocinadores e por isso o governo britânico apoiou a transferência de seus antigos protegidos – mas não para seus domínios, somente para um terceiro país¹⁹.

Em outubro de 1932, a empresa britânica Paraná Plantations Limited, que possuía terras no Norte do Estado brasileiro de mesmo nome, apresentou seus domínios como um possível destino para o assentamento dos assírios. O governo brasileiro aceitou o plano da empresa. Contudo, quando o acordo foi tornado público, iniciou-se uma onda de críticas. A imprensa passou a retratar os refugiados como “semibárbaros” e futuros mascates, que poderiam colocar em risco os empregos de trabalhadores brasileiros, que ainda sentiam os efeitos da Crise de 1929. O nativismo e a xenofobia saíram vitoriosos, quando Vargas voltou atrás e vetou a entrada dos refugiados. O líder brasileiro afirmou que fora mal informado por “Geneva”, sede da Liga das Nações, que teria garantido que seriam somente 3.000 imigrantes e que todos eram agricultores. A versão varguista de que houve um mal entendido no caso dos assírios iraquianos perde força ao observarmos outro caso muito semelhante.

¹⁸ LESSER, Jeffrey H. From Peddlars to Proprietors: Lebanese, Syrian and Jewish Immigrants in Brazil. In HOURANI, Albert; SHEHADI, Nadim (Edit.). *The Lebanese in the World: a Century of Emigration*. Londres: I.B. Tauris, 1992, pp. 393-410, p. 405, 409-10.

¹⁹ TRIPP, Charles. *A History of Iraq*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 73.

Vargas também impediu outro contingente menor de cristãos de imigrar para o Brasil. Em 1939, às portas da Segunda Guerra Mundial, um grupo de 3.000 alemães “católicos não-arianos” – judeus batizados – também teve sua entrada negada no país, mesmo contando com o patrocínio do papa Pio XII²⁰ 21.

Um outro episódio mais pontual, que ocorreria duas décadas mais tarde, demonstra o ápice das tensões que marcaram as relações entre brasileiros e os recém-chegados do Levante, um desencontro que ocorreu nas ruas e transcendeu as discussões da elite política e intelectual. O conflito, conhecido como “Guerra do Pente”, teve início em 8 de dezembro de 1959 no centro de Curitiba a partir de um desentendimento entre um comerciante libanês e um cliente brasileiro. Segundo relatos de jornais da época, o comprador adquiriu um pente no valor de 5 cruzeiros e solicitado uma nota fiscal, a fim de participar de uma campanha da prefeitura da cidade que incentivava os consumidores a trocar as notas por bilhetes para concorrer a prêmios. Os estabelecimentos comerciais tinham a obrigação legal de emitir notas somente para valores acima de 50 cruzeiros e, por isso, o comerciante teria negado a solicitação do cliente. O desentendimento se transformou numa altercação física entre ambos. Os transeuntes que passavam em frente à loja, na praça Tiradentes, intervieram em favor do cliente, que se identificou como policial e acabou fraturando uma das pernas. A partir daí, iniciou-se uma retaliação ao estabelecimento, que se replicou pelos demais negócios de imigrantes que havia ao redor. O distúrbio continuou no dia seguinte e o comerciante libanês também acabou sendo ferido e preso. Jamil Zugueib Neto entrevistou testemunhas e familiares do comerciante libanês e pesquisou jornais da época. Segundo o pesquisador, naquele dia²²:

Além de gritos e xingamentos explícitos à colônia árabe, ouviram-se refrãos: “Queremos justiça: o Brasil é de brasileiros, não de estrangeiros”. E também: “Queremos justiça. Quem manda nesta terra somos nós”. Em certo momento do quebra-quebra, um grupo virou uma carrocinha de

²⁰ LESSER, Jeffrey. Immigration and Shifting Concepts of National Identity in Brazil during the Vargas Era. *Luso-Brazilian Review*. Volume 31, Number 2, 20, Getúlio Vargas and his Legacy (Winter, 1994), pp. 23-44, p. 26-27, 32. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/pdf/3514100.pdf?seq=1>> Acesso em: 4 abr. 2020.

²¹ Algo bem diferente ocorreria oito décadas depois, em 2007, quando o governo de Luis Inácio Lula da Silva aceitou receber um grupo de 117 palestinos, em sua maioria muçulmanos, que fugiram do Iraque após os distúrbios que se seguiram em 2003 à invasão americana no país e se encontravam há quatro anos no campo de refugiados Al Ruweished na Jordânia. Ao contrário de outros países que receberam os refugiados, o Brasil não estabeleceu critérios ou restrições para aceitá-los (WELLBAUM, Andrea. Refugiados palestinos embarcam nesta quinta para o Brasil. BBC Brasil. Cairo, 20 set. 2007. Disponível em: <http://portuguese/reporterbbc/story/2007/09/070920_refugiadospalestinosandrea_pu.shtml> Acesso em: 25 abr. 2020).

²² ZUGUEIB NETO, Jamil. Libaneses na “Guerra do Pente” em Curitiba - Sofrimento étnico e integração cultural. *Instituto da Cultura Árabe*, Curitiba, 17 dez. 2010. Disponível em: <<https://icarabe.org/artigos/libaneses-na-guerra-do-pente-em-curitiba-sofrimento-etnico-e>> Acesso em: 9 abr 2020.

verduras, mas a colocaram de pé novamente quando gritaram que a carroça não era de “turco”.

Episódios como esse não foram comuns no país. O sucesso econômico dos imigrantes árabes teria transformado o cenário de estranhamento, fazendo com que eles fossem gradualmente incorporados como “brancos” no “sistema de classificação racial da sociedade brasileira” nas décadas de 1950 e 1960²³. Mesmo assim, ainda houve espaço para uma zona cinzenta, ou o que Paulo Hilu Rocha Pinto identifica como um “processo de branqueamento incompleto”, pois a comunidade continuou a ser marcada como estrangeira através da contínua utilização de estereótipos relativos a uma suposta esperteza natural nos negócios e ao termo “turco”²⁴. A designação era extremamente ofensiva para sírios e libaneses, que muitas vezes abandonaram suas cidades, vilas e famílias por conflitos atribuídos em grande medida à ocupação do Império Otomano. Roger Bastide chegou a afirmar no livro *Brésil, Terre des Contrastes*, publicado em 1957, que os brasileiros os enxergavam “quase sempre como eram ao chegar, de saco às costas, vendendo mercadorias baratas de fazenda em fazenda”²⁵.

Mas a palavra “turco” deixou de ser vista como pejorativa²⁶ pelas novas gerações da comunidade sírio-libanesa e passou até a ser usada como forma de chacota entre os próprios descendentes, que provavelmente consideram o caráter depreciativo como sendo anacrônico. Um exemplo disso é uso feito da denominação pelo empresário Alberto Hiar, filho de libaneses cristãos, que no início da década de 1990 aparecia em anúncios de televisão dizendo “o turco ficou louco”. Hiar se referia a ele mesmo, tentando convencer o expectador de que estaria vendendo roupas de sua confecção para o público jovem a preços baixos. Por isso, ficou conhecido como “Turco Loco” e com esse apelido se candidatou e foi eleito vereador em São Paulo em 1996, e deputado estadual nas eleições de 1998 e 2002 pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Seu foco era o voto do eleitor jovem e não exatamente o da colônia, muito menos o da velha guarda, que, incluindo seus próprios

²³ PINTO, Paulo G. H. R. Muslim Identities in Brazil. Engaging Local and Transnational Sphere. In: AMAR, Paul (Org.). *The Middle East and Brazil: Perspectives on the New Global South*. Bloomington: Indiana University Press, 2014.

²⁴ PINTO, Paulo G. H. R. Muslim Identities in Brazil. Engaging Local and Transnational Sphere. Op. cit.

²⁵ BASTIDE, Roger. *Brasil, Terra de Contrastes*. São Paulo: Difel, 1980, p. 197.

²⁶ GREIBER, Betty Loeb et. al. *Memórias da Imigração: libaneses e sírios em São Paulo*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998, p. 11.

país²⁷, ainda tinham grandes restrições à designação. Em 2020, tentou voltar à Câmara de São Paulo pelo mesmo partido, mas não obteve votos suficientes.

Política no Brasil e no Oriente Médio

A questão política na terra de origem foi muito importante para as primeiras levas de imigrantes sírio-libaneses que chegaram ao Brasil e, com o tempo, foi perdendo importância para os integrantes desses primeiros fluxos²⁸. A distância temporal do período de imigração e a religião são fundamentais para entender o comportamento contemporâneo. Descendentes de sírio-libaneses cristãos parecem estar mais associados à atividade política no Brasil do que muçulmanos, de imigração mais recente²⁹. Por isso, atualmente é comum perceber que entre os muçulmanos há uma mobilização maior em torno de questões relacionadas à terra de origem do que entre as comunidades cristãs.

A colônia sírio-libanesa tinha como inimigo comum até o final da Primeira Guerra Mundial o Império Otomano, que dominava o Levante. Com a derrota turca e a conversão da região em protetorado francês, os cristãos maronitas ganharam status especial e as clivagens religiosas voltaram a se sobressair. Enquanto os maronitas, majoritários nas primeiras levas de imigrantes, tinham simpatia por aqueles que os favoreciam, os fieis das outras vertentes se viram em desvantagem. E não foram somente as clivagens religiosas que criaram ruídos dentro da colônia. As discussões em torno do pertencimento ou não do Monte Líbano à “Grande Síria” eram comuns entre os que se identificavam como libaneses e os que se viam como sírios. Os debates se davam também por meio dos jornais em língua árabe que circulavam no país – o primeiro deles data de 1895. A imprensa da colônia concedia destaque constante aos acontecimentos políticos na região e à vida associativa de seus membros, ao mesmo tempo em que fornecia orientações de como se estabelecer na nova terra³⁰. A grande proximidade da comunidade com o cenário político da terra de

²⁷ Em entrevista a um programa de TV, Hiar conta que seus pais, originários da região de Akkar, no norte do Líbano, se irritaram com sua ideia de se autodenominar “turco loco”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nV2-noGn7bc>> Acesso em: 1 abr. 2020.

²⁸ TRUZZI, Oswaldo. Sírios e libaneses em São Paulo: a anatomia da sobre-representação. In: FAUSTO, Boris (*et al.*) *Imigração e Política em São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré, 1995, p. 28.

²⁹ Isso não significa que deixam de participar de solenidades e comemorações de datas nacionais, como 7 de setembro.

³⁰ HAJJAR, Claude. *Imigração Árabe, 100 anos de Reflexão*. Op. cit, p. 70. LESSER, Jeffrey. *A Negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2001. CURI, Guilherme O. *Literatura e imprensa Árabe Moderna nos acervos da Biblioteca Nacional: o Al Mahjar também é aqui*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2015, p. 8. Disponível em:

origem também se mostrou em um momento mais tardio, com o acolhimento dado por membros da colônia paulista a Michel Aflaq, fundador do Partido Baath, após sua fuga de Damasco na segunda metade dos anos de 1960³¹.

Assim como ocorria com outras colônias, a mobilização política local também atraía o interesse desde o início do século XX, seja por movimentos políticos menos estruturados assim como em mobilizações mais amplas. Um exemplo curioso do primeiro caso é o de Abílio de Nequete, barbeiro libanês radicado em Porto Alegre, que se tornou, em 1922, o primeiro secretário-geral do recém-fundado Partido Comunista Brasileiro³². Em relação ao segundo caso, registrou-se a participação de membros da colônia no Movimento Constitucionalista de 1932. Entre os participantes, estavam as integrantes da Sociedade de Damas de Homs “A Mão Branca”, que confeccionaram roupas para os revolucionários paulistas. Em São Paulo, a participação política se mostrava mais ampla provavelmente pelo número mais expressivo de integrantes. Em 1935, quatro cidades paulistas elegeram prefeitos filhos de imigrantes árabes: Sorocaba, Conchas, Pirassununga e Presidente Prudente³³.

Com as independências do Líbano em 1943 e da Síria em 1946, e a ascensão social das primeiras levas, o interesse dos membros da colônia em questões políticas dos países de origem foi se tornando menos central. Ao mesmo tempo, com o fim do Estado Novo, em 1945, o cenário político brasileiro se abriu e, por isso, “para parcelas cada vez mais numerosas da elite da colônia, definitivamente enraizadas na terra de adoção, passaram a ser mais importantes e mais interessantes as possibilidades políticas em São Paulo”³⁴, onde se encontrava grande parte deles. Clark Knowlton, que fez pesquisa de campo na cidade nos anos de 1950 e 1951, notou que o interesse pela participação na política tinha contornos pragmáticos. Muitas famílias afluentes dos ramos comercial, industrial e rural perceberam a necessidade de realizar contribuições financeiras para os partidos políticos e seus líderes a fim de proteger seus interesses econômicos. “A política também era um meio para obter

<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/2014/guilherme_oliveira_curi_trabalho_revisado_0_0.pdf> Acesso em: 1 mai 2020.

³¹ AJAMI, Basem. The Baath: a promised revival that never materialized. *An Nahar*. Beirute, 21 abr. 2019. Disponível em: <https://en.annahar.com/article/961545-the-baath-a-promised-revival-that-never-materialized>> Acesso em: 30 abr. 2020.

³² MAGALHÃES, Mário. *Marighella*. O guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo, Companhia das Letras, 2012, p. 68.

³³ HAJJAR, Claude. Imigração Árabe, 100 anos de Reflexão. *Op. cit.*, p. 108 e 160.

³⁴ TRUZZI, Oswaldo. Sírios e libaneses em São Paulo: a anatomia da sobre-representação. *Op. cit.*, p. 30.

lucrativos contratos governamentais, cargos políticos para parentes, empréstimos obtidos a juros baixos e licenças de importação”, defende o pesquisador norte-americano³⁵.

A participação na política partidária em São Paulo se tornou um dos maiores exemplos de grande inserção da comunidade sírio-libanesa no país. A capital paulista, maior cidade do país em número de habitantes, já foi governada por três prefeitos de ascendência libanesa desde 1986, quando o voto popular voltou a eleger o mandatário da cidade após o intervalo autoritário da ditadura civil-militar (1964-1985). São eles: Paulo Salim Maluf (1993-1997), eleito pelo extinto Partido Democrático Social (PDS), Gilberto Kassab (2006-2013)³⁶, pelo então Partido da Frente Liberal (PFL), e Fernando Haddad (2013-2017), pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A título de comparação, no mesmo período de três décadas, São Paulo foi governada por apenas duas representantes do sexo feminino: Luiza Erundina (1989-1993) e Marta Suplicy (2001-2005), ambas pelo PT, e nenhum integrante da colônia japonesa, que é bastante numerosa na cidade e que igualmente cultiva a ascensão social por meio da educação³⁷. É necessário lembrar ainda que tanto Maluf como Haddad se lançaram à esfera nacional e se candidataram à presidência da República: o primeiro nas eleições de 1985 (indireta) e 1989³⁸ e o segundo em 2018³⁹. Ambos foram derrotados. Michel Temer, outro filho de libaneses originário do Estado de São Paulo, assumiu a presidência da República após o processo de impeachment de Dilma Rousseff, da qual era vice, em 2016.

É interessante observar que alguns dos mesmos padrões descritos por Truzzi em relação aos candidatos de origem sírio-libanesa que concorreram na eleição de 1947 em São Paulo se mantêm em relação aos políticos citados anteriormente oriundos da colônia libanesa: dois deles (Haddad e Temer) concluíram o curso superior na Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP) –os demais (Maluf e Kassab) se formaram na Escola Politécnica (USP), outra faculdade frequentada pela elite paulista. Segundo Knowlton⁴⁰,

³⁵ KNOWLTON, Clark. The social and the spatial mobility of the Syrian and Lebanese community in São Paulo, Brazil. *Op. cit.*, p. 306. Tradução livre da autora para: “Politics was also the means by which lucrative governmental contracts could be secured, political jobs found for relatives, loans obtained at low rates of interest, and import licenses secured.”

³⁶ Kassab tomou posse em 2005 como vice-prefeito na chapa encabeçada por José Serra, que deixou a prefeitura em 2006 para se candidatar a governador do Estado de São Paulo. Kassab concorreu à prefeitura em 2008 e foi eleito.

³⁷ Não há pesquisas específicas sobre o contingente de japoneses e imigrantes na capital paulista, apenas estimativas. Segundo o Portal do Governo do Estado de São Paulo, há cerca de 1,3 milhão em todo o Estado e 2 milhões no Brasil de nikkeis (descendentes) e japoneses, a maior comunidade fora do Japão (CURY, Cintia).

³⁸ Na primeira, Maluf foi derrotado em eleição indireta, no Colégio Eleitoral. Na segunda, perdeu ainda no primeiro turno da primeira eleição direta no país após a redemocratização.

³⁹ Haddad chegou ao segundo turno.

⁴⁰ KNOWLTON, Clark. The social and the spatial mobility of the Syrian and Lebanese community in São Paulo, Brazil. *Op. cit.*, p. 304. Tradução livre da autora para: “Few ethnic groups have valued education as much as the Syrians and Lebanese”.

“poucos grupos étnicos valorizaram tanto a educação como sírios e libaneses”. Os políticos mencionados também têm profissões rentáveis e estão filiados a “agremiações partidárias relativamente diversificadas, ligadas a máquinas políticas distintas”⁴¹. Além disso, são descendentes de libaneses cristãos que imigraram antes da metade do século XX.

Em Foz do Iguaçu, por outro lado, o engajamento na política partidária parece menor em relação a São Paulo e também a nível nacional, onde também é registrada uma sobrerrepresentação da colônia⁴². Na legislatura de 2015-2018, 8% dos parlamentares do Congresso Nacional eram descendentes de libaneses⁴³ –segundo a pesquisa mencionada anteriormente realizada pela CCBA/Ibope, árabes e descendentes formam 6% da população brasileira. A nível nacional, a mesma pesquisa mostrou que 45% dos descendentes se autodeclararam das classes A e B⁴⁴ – pesquisas demonstram que pessoas com mais recursos, sejam eles econômicos, educacionais, cognitivos, entre outros, participam mais da política⁴⁵.

A comunidade árabe de Foz ainda não elegeu um representante para o cargo de prefeito do município, mas elegeu vereadores e tem integrantes trabalhando em secretarias municipais. Segundo Yassine Hijazi, nascido no Líbano e morador de Foz, a comunidade árabe da cidade começou a participar politicamente na década de 1980 e houve um maior engajamento a partir das eleições municipais de 2000. Ele mesmo foi candidato a vereador em 2016 e 2020. “Em qualquer parte do Brasil, tem político de origem libanesa”, diz⁴⁶.

Mas o cenário está mudando no município paranaense. Na legislatura de 2017-2020, a colônia contava com somente uma representante na Câmara dos Vereadores de Foz do Iguaçu. Na legislatura seguinte, que assumiu em 2021, 3 dos 15 eleitos eram descendentes de árabes, o que corresponde a 20% do total de vereadores. Além de Anice Nagib Gazzouli, do Partido Liberal (PL), que foi reeleita pela segunda vez, outros dois representantes da comunidade árabe foram diplomados: Yasmin Hachem, do Movimento Democrático

⁴¹ TRUZZI, Oswaldo. Sírios e libaneses em São Paulo: a anatomia da sobre-representação. Op. cit., p. 40.

⁴² Truzzi explica que a sobre-representação de 1960 à atualidade no Estado de São Paulo ocorre devido a dois fatores principais. O primeiro é a dispersão da colônia, cujos representantes podem ser encontrados em várias regiões geográficas. O segundo fator seria ligado a mobilidade social favorecida pela ênfase no investimento educacional da segunda geração. Ou seja, ele defende que o voto da colônia tem pouco peso. TRUZZI, Oswaldo. Sírios e libaneses em São Paulo: a anatomia da sobre-representação. Op. cit., p. 47.

⁴³ BERCITO, Diogo. No Congresso, 8% dos parlamentares têm origem libanesa. *Folha de S. Paulo*. Beirute, 14 jun, 2015. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1642001-no-congresso-8-dos-parlamentares-tem-origem-libanesa.shtml>> Acesso em: 20 mar. 2020.

⁴⁴ SOUSA, Thais. Comunidade árabe é 6% da população brasileira, diz pesquisa. Op. cit.

⁴⁵ VERBA, S.; SCHOLZMAN, K.L.; BRADY, H. E. *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

⁴⁶ Entrevista concedida à autora em 5 de fevereiro de 2020 no escritório do informante em Foz do Iguaçu (PR).

Brasileiro (MDB), e Adnan El Sayed, do Partido Social Democrático (PSD)⁴⁷. Em comum, os três têm formação superior e são filhos de imigrantes. Anice é ligada à comunidade sunita e Sayed à comunidade xiita da região. Yasmin Hachem, assim como Alberto Hiar, tem como eleitorado-alvo o público jovem. Aos 24 anos, é a mulher mais jovem a ser eleita vereadora na cidade⁴⁸. Em 2013, Anice Gazzaoui se tornou a primeira vereadora muçulmana eleita para a Câmara de Vereadores da cidade, quando então era filiada ao PT. Gazzaoui, que não usa hijab, iniciou o debate sobre a possibilidade de muçulmanas poderem usar o véu na foto da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). A proposta foi adotada pelo Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (Detran/PR) em 10 de julho de 2013⁴⁹.

A explicação sobre a comunidade de Foz estar distante do protagonismo político paulista e nacional pode estar em duas características relacionadas ao tempo de imigração e à religião. Enquanto a maior parte dos parlamentares e dos políticos que disputam eleições majoritárias em São Paulo e a nível nacional são em sua grande maioria originários de famílias cristãs que imigraram há muitas décadas e não formam uma comunidade tão coesa, Foz do Iguaçu tem imigrantes mais recentes e intensa atividade comunitária. Parte desse grupo, que além de ter um impedimento legal para votar e se candidatar (muitos não são naturalizados), contam com menos recursos e necessidades mais urgentes no campo econômico. Ao mesmo tempo, a demanda de se criar redes é suprida em uma comunidade que tem uma sólida coesão social como a muçulmana de Foz e, portanto, a busca por outras redes se torna menos premente. Para obter um eleitorado mais amplo e ter mais chances de se eleger, é necessário buscar votos além da comunidade. Tais fatores fazem com que os incentivos para se enveredar para o campo político sejam muito menores entre os muçulmanos em comparação com os que provêm de grupos estabelecidos há mais tempo e, por isso, menos coesos. Mas isso, como demonstram os resultados da eleição de 2020, está mudando rapidamente: a integração das novas gerações, o maior acesso à educação formal, a ascensão econômica e a necessidade de defender os interesses comunitários podem estar despertando o interesse pela participação plena na política local.

⁴⁷ FOZ do Iguaçu (PR): veja quais foram os vereadores eleitos e maiores bancadas. *UOL São Paulo*, São Paulo, 15 de nov. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/15/apuracao-vereador-foz-do-iguacu-pr-resultado.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

⁴⁸ BUCHE, Patricia. Yasmin Hachem é a mulher mais jovem eleita na Câmara de Vereadores de Foz. *100 Fronteiras*, Foz do Iguaçu, 19 nov. 2020. Disponível em: <<https://100fronteiras.com/foz-do-iguacu/noticia/yasmin-hachem-mais-jovem-eleita-vereadores/>> Acesso em: 20 nov. 2020.

⁴⁹ DETRAN do Paraná aceita uso de véu islâmico na carteira de motorista. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 jul. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/detran-do-parana-aceita-uso-de-veu-islamico-na-carteira-de-motorista-8983313>> Acesso em: 3 abr. 2020.

Desencontros exógenos

Se, por um lado, o sucesso da integração da comunidade sírio-libanesa no Brasil, especialmente em São Paulo e em Foz do Iguaçu, garantiu uma posição socioeconômica confortável, ainda haveria obstáculos no caminho. O principal desencontro é uma desconfiança ligada às relações da comunidade com governos ou grupos relacionados a conflitos externos. A busca por vínculos comprometedores entre a comunidade árabe no Brasil e atores externos, seja pela imprensa ou por setores do aparato de segurança pública nacionais e estrangeiros, se reinventa desde a década de 1970. Contudo, é possível determinar que essas acusações obtiveram maior fôlego após a ocorrência dos atentados em Buenos Aires na década de 1990 e nos EUA em 11 de setembro de 2001.

Um dos exemplos mais antigos da desconfiança seletiva está relacionado ao ataque ocorrido em 4 de maio de 1970 na Embaixada de Israel em Assunção, no Paraguai, que matou uma pessoa e feriu outra. Na época, a imprensa levantou a suspeita de que os dois atiradores, de origem palestina, teriam comprado as armas em Foz do Iguaçu, do outro lado da fronteira, antes de entrarem no país. Os jornais brasileiros atribuem a informação à polícia paraguaia, mas a imprensa local não apresentou tal informação, segundo informa o pesquisador John Karam. O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) chegou a investigar a comunidade árabe local após o atentado, mas não encontrou evidências que relacionassem o atentado à região fronteira. Por outro lado, o relatório produzido trouxe “detalhes sobre os libaneses vivendo em Foz do Iguaçu e gerenciando negócios em Ciudad Presidente Stroessner, incluindo números de passaporte e de RG assim como endereços de domicílios e comércios”⁵⁰. Tal informação parece demonstrar a desconfiança do órgão em relação à comunidade em geral e seu interesse em observá-la de perto.

A disposição de parte das forças de segurança nacionais em espreitar especialmente a comunidade muçulmana continuou durante o período autoritário. Até os encontros públicos de integrantes da colônia de Foz do Iguaçu com visitantes vindos de outros países árabes foram vistos com suspeição pelo então governo militar e geraram relatórios do serviço secreto brasileiro. O jornalista e ex-presos político Aluizio Palmar realizou pesquisas

⁵⁰ KARAM, John T. The Lebanese diaspora at the Tri-Border and the redrawing of South American geopolitics, 1950-1992. *Mashriq & Mahjar*, V. 1 no. 1, 2013, pp. 55-84, p. 60. Tradução livre da autora para “details about Lebanese living in Foz do Iguaçu and operating businesses in Ciudad Presidente Stroessner, including passport or ID numbers as well as home and business addresses”.

em arquivos públicos e encontrou um documento da Agência de Curitiba do Serviço Nacional de Informação (SNI) – órgão equivalente à atual Agência Brasileira de Inteligência (Abin) – datado de 23 de março de 1984. O relatório traz descrições detalhadas sobre as atividades realizadas pelas associações islâmicas de Foz, com especial ênfase nas movimentações de representantes de universidades da Líbia na cidade paranaense⁵¹.

As suspeitas atingiram um novo patamar após os dois atentados contra alvos judaicos em Buenos Aires na década de 1990. A comunidade de Foz do Iguaçu chegou a ser relacionada à autoria das explosões, que mataram mais de uma centena de pessoas na capital argentina. Apesar de nunca comprovada a participação de moradores locais nos atentados, a suspeição lançada pelo governo e pelo Ministério Público argentinos sobre os muçulmanos que vivem na Tríplice Fronteira, entre Brasil, Argentina e Paraguai passou a ser incorporada nos documentos publicados anualmente pelo Departamento de Estado norte-americano (os então chamados *Patterns of Global Terrorism* e depois os *Country Reports on Terrorism*). Em um desses documentos, são louvados os “esforços contínuos para conter atividades criminais de indivíduos associados a grupos terroristas islâmicos internacionais”⁵² dos três governos. A informação de que o governo brasileiro realizou investigações na região de Foz relativas aos atentados é atestada por um telegrama do Ministério das Relações Exteriores:

Desde 1996, quando assumiu a chefia da ABIN, [Alberto Cardoso]⁵³ determinou a intensificação dos esforços e operações de inteligência na região, inclusive em colaboração com a CIA e outros serviços estrangeiros, não se tendo chegado a indícios conclusivos da presença de terroristas⁵⁴.

A partir daí, as investigações não se limitariam a um período ou a um lugar específico, mas a uma comunidade étnico-religiosa específica. Os serviços de segurança brasileiros continuaram a observar de perto a comunidade árabe, especialmente a muçulmana. Em dezembro de 2000, Nasser Rajab, advogado da Mesquita Brasil, em São Paulo, entrou na

⁵¹ PALMAR, Aluizio. Documento mostra relatório da PF sobre Organizações Árabes em Foz. Documentos Revelados. Foz do Iguaçu, 24 de janeiro de 2012. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/geral/3950/>> Acesso em: 7 abr. 2020.

⁵² ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Patterns on Global Terrorism 2000*. Divulgado em abril de 2001. Disponível em: <<https://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2000/>> Acesso em: 5 jan. 2014. Tradução livre da autora para: “continued efforts to stem criminal activities of individuals linked to international Islamic terrorist groups”.

⁵³ O general Alberto Cardoso assumiu o cargo de Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, ao qual a Abin está vinculada, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

⁵⁴ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Brasil-EUA*. Terrorismo. Visita do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Nr. 02708. Washington, 12/11/2001 Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/588465/RESPOSTA_PEDIDO_NUP09200000714201792-Rubens%20Soares.pdf> Acesso em: 26 out 2018.

justiça contra a Abin por “crime de racismo e violação do direito administrativo privado”. A decisão de processar a instituição se deu após a publicação pela revista *Veja* de um documento atribuído à agência de espionagem, que defendia a necessidade de vigiar políticos e seus familiares, além de chamados “grupos étnicos islâmicos”⁵⁵.

O pós-11 de setembro de 2001

Os desencontros se aprofundariam após os atentados em 11 de setembro de 2001. As imagens dos aviões atingindo o World Trade Center em Nova York provocaram um choque mundial, e não foi diferente para as comunidades árabes e muçulmanas de todo mundo, que passaram a ser alvos de ataques “em retaliação”. Foram registrados vários ataques a mesquitas e a muçulmanos em todo o território norte-americano. Até fieis sikhs, confundidos com seguidores do Islã pelo simples fato de usarem turbantes, mesmo que muito específicos dessa comunidade, sofreram hostilidades racistas em diversas cidades dos EUA. Logo após os atentados, um fiel sikh foi assassinado no Texas, o que se apurou ser um crime de ódio⁵⁶. No Brasil, também foram registrados episódios de intolerância religiosa contra membros da comunidade muçulmana posteriormente a 11 de setembro. Os alvos foram abrangentes: estrangeiros, descendentes e brasileiros revertidos⁵⁷.

A Tríplice Fronteira, onde se localiza Foz do Iguaçu, logo passou a ser mencionada por órgãos de imprensa internacional como um local de treinamento de terroristas⁵⁸. Indignados, membros da comunidade e moradores promoveram um ato “multirreligioso e cultural”, em 11 de novembro de 2001, chamado de Paz sem Fronteiras. O evento teria reunido um público de 15 mil pessoas no Gramadão de Itaipu Binacional, e incluído políticos, como os prefeitos de Puerto Iguazú, cidade do lado argentino, e de Ciudad del

⁵⁵ KARAM, John Tofik. *Um outro arabesco*. Etnicidade sírio-libanesa no Brasil neoliberal. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 271-2.

⁵⁶ Segundo a Sikh Coalition, instituição formada depois de 11 de setembro de 2001 para defender o grupo religioso, foram registrados 300 casos de violência e discriminação contra sikhs no primeiro mês após os atentados, em geral ligados a vingança. Ver em: <https://www.sikhcoalition.org/images/documents/fact%20sheet%20on%20hate%20against%20sikhs%20in%20america%20post%209-11%201.pdf>. Quinze anos depois, a comunidade ainda sofria ataques relacionados a 11 de setembro: <https://edition.cnn.com/2016/09/15/us/sikh-hate-crime-victims/index.html>

⁵⁷ Optamos por usar o termo utilizado pelos muçulmanos, que não consideram sua aderência ao Islã uma “conversão”, mas sim uma “reversão”. “[T]odos nascem muçulmanos, mas muitos se afastam de Deus, [e] o retorno a Deus é chamado por eles de reversão” (BARBOSA, Franciroy C. *Performances Islâmicas em São Paulo*. Entre arabescos, luas e tâmaras. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017, p. 75).

⁵⁸ MONTENEGRO, Silvia. Sense of community among Muslims in the Brazil–Paraguay border: narratives of belonging and generational differences. Op. Cit, p. 512.

Leste, no Paraguai, líderes religiosos de várias vertentes e membros da colônia⁵⁹. Segundo os organizadores, o movimento tinha como objetivo condenar os atos de terrorismo praticados em solo americano e afastar as suspeitas sobre a região. Outra intenção era rebater o rótulo de região “de terroristas”, que poderia vir a prejudicar uma das principais atividades econômicas da localidade, o turismo⁶⁰.

Muitos dos entrevistados na pesquisa de campo realizada entre 2018 e 2020, com libaneses e descendentes, em Foz do Iguaçu e São Paulo, culpam a “mídia” em geral pela estigmatização da comunidade muçulmana. A queixa tem base na percepção de que jornais, revistas e noticiários de TV concedem maior ênfase à cobertura de episódios de violência perpetrados por grupos ou pessoas que reivindicam estar agindo em nome do Islã. Tal visão é plausível, observando-se estudos sobre o conteúdo relacionado à representação midiática de muçulmanos. Pesquisa realizada nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* demonstrou que a maior parte das reportagens publicadas sobre países de maioria muçulmana e relacionados aos fieis e à religião, mesmo antes de 11 de setembro de 2001, tem como principal temática a violência em detrimento a qualquer outro assunto, como cultura e política, por exemplo. A conclusão do trabalho, contraintuitiva, aponta que não havia uma grande diferença entre a cobertura dada por ambos os jornais antes e depois de 11 de setembro. Observou-se também que quando a violência é dirigida contra muçulmanos e países de maioria muçulmana, a cobertura de ambos os jornais foi menor e os atos são, em geral, justificados como “respostas” a supostas provocações⁶¹.

A comunidade muçulmana de Foz do Iguaçu também foi alvo de intolerância no pós-11 de setembro no Brasil. O engenheiro Mohammed Rahal, que nasceu em Foz do Iguaçu e se mudou para o Líbano com cinco anos, voltando para a cidade natal somente depois de se formar, conta que logo após os atentados um jornal argentino publicou uma reportagem que identificava os dois minaretes da mesquita Omar Ibn Al-Khatib, localizada em Foz, como sendo na verdade lançadores de foguetes. A partir desse episódio, afirma Rahal, que foi

⁵⁹ATO em Foz do Iguaçu reúne 15 mil. *Folha de S. Paulo*, Foz do Iguaçu, 12 nov. 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1211200111.htm>> Acesso em: 30 mar. 2020. Os números são contestados por testemunhas entrevistadas que estiveram presentes, que afirmam ter sido bem menor.

⁶⁰KARAM, John Tofik. Crossing the Americas: the US War on Terror and Arab Cross-Border Mobilizations in a South American Frontier Region. *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*. Volume 31, Number 2, 2011, pp. 251-266, p. 256.

⁶¹CASTRO, Isabelle C. S. *Orientalismo na imprensa brasileira*. A representação de árabes e muçulmanos nos jornais 'Folha de São Paulo' e 'O Estado de São Paulo' antes e depois de 11 de setembro de 2001. Dissertação (Mestrado em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Árabe) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas– Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8154/tde-01092011-102913/>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

entrevistado na condição de presidente do Centro Cultural Beneficente Islâmico de Foz do Iguaçu (CCBI), os frequentadores discutiram a possibilidade de abrir a mesquita para a visita de não muçulmanos. O objetivo era mostrar que o local é somente um templo. Em tom de desabafo, ele diz:

Depois do 11 de setembro, todo mundo quer saber o que é o Islã? Por que o Islã faz isso? Por que eles matam? Por que eles destroem? Por quê? Então nós abrimos aí para mostrar o que é o Islã. Então eles chegavam aqui, eles queriam ver bombas, eles queriam ver mísseis. Pessoas treinando. E chegam aqui e viram as pessoas rezando... Eles viram outra coisa. Escutaram uma coisa e viram outra coisa. Obrigado! Puxou o interesse das pessoas para vir e conhecer o Islã⁶².

A ação trouxe resultados que superaram as expectativas iniciais. Quase duas décadas depois, a mesquita Omar Ibn Al-Khatib se tornou uma atração turística da cidade. O templo, construído na década de 1980, se encontra listado no website Portal do Turismo da Prefeitura de Foz do Iguaçu⁶³ ao lado de outras atrações como o Parque Nacional do Iguaçu. Ônibus de turismo, automóveis de passeio e táxis se acumulam na estreita rua Meca para desembarcar os visitantes interessados em conhecer o templo por dentro. A carismática guia da mesquita, conhecida como dona Kafa, faz preleções sobre a religião, responde perguntas e distribui gratuitamente livros sobre o assunto⁶⁴. O intenso movimento impulsionou a abertura de uma loja de doces típicos árabes e outra de lembrancinhas, objetos e roupas orientais localizadas em frente à mesquita. Em 2020, a comunidade se cotizou para construir um centro para melhor recepcionar os turistas. Quando estiver concluído, o novo salão para a recepção dos visitantes exibirá vídeos sobre Islã e serão distribuídos véus descartáveis –a mesquita empresta véus de tecido e a loja em frente cede roupas compridas para os turistas que chegam de saias curtas e bermudas.

⁶² Entrevista concedida a autora em 26 de maio de 2018 nas dependências da mesquita Omar Ibn Al-Khatib, em Foz do Iguaçu (PR).

⁶³ Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/turismo/?idMenu=1224>> Acesso em: 5 abr. 2020.

⁶⁴ A autora observou o tour oferecido pela mesquita em três ocasiões diferentes (maio de 2018, setembro de 2019 e fevereiro de 2020) e pode observar várias manifestações de aprovação do tour pelos turistas, em especial em relação à guia.

Imagem 1 – Fotografia da visitação de turistas na mesquita Omar Ibn Al-Khattab, Foz do Iguaçu (PR)

Fonte: a autora

A abertura da mesquita de Foz para a visitação turística segue o raciocínio explicitado por Mahmood Mandani em obra escrita como uma reflexão sobre como a comunidade muçulmana, especialmente dos EUA, foi atingida após os atentados de 11 de setembro de 2001. Para Mandani, as distinções feitas pelo presidente George W. Bush entre “bons muçulmanos” e “maus muçulmanos”, estes últimos responsáveis por atos terroristas, fez com que os primeiros se inserissem na lógica do “nós” contra “eles”, instaurada pela administração americana. Tal inserção fez com que todo muçulmano passasse a ser presumivelmente “mau” ao não comprovar ser “bom”⁶⁵, lógica inversa da presunção de inocência que rege nosso sistema legal. Desta forma, a comunidade muçulmana de Foz se viu obrigada a abrir seu templo para demonstrar que nada tinha a esconder, que é um espaço público de convivência de famílias e não um local voltado a práticas terroristas.

Muitos dos fiéis e líderes religiosos entrevistados tanto em São Paulo como em Foz do Iguaçu destacam que o uso indiscriminado do termo “Estado Islâmico” pela imprensa nacional para definir o grupo Estado Islâmico do Iraque e do Levante – cuja sigla é Daesh em árabe e ISIS em inglês. O grupo promoveu uma série de massacres e atos de barbárie não somente na região como em outros lugares do mundo, especialmente entre os anos de 2014

⁶⁵ MANDANI, Mahmood. *Good Muslim, Bad Muslim*. America, the Cold War, and the Roots of Terror. New York: Pantheon Books, 2004, p. 15.

e 2017, e tem provocado danos à imagem da comunidade. Faz-se necessário lembrar que o autointitulado “califado” tinha como alvo não somente cristãos e fiéis de outras religiões, mas também muçulmanos xiitas. O grupo, além de contrariar o preceito islâmico de respeitar os povos do Livro, que inclui judeus e cristãos, perseguia muçulmanos de outras vertentes, assim como os sunitas que não se adequavam às suas regras⁶⁶. Ou seja, a lógica do bom muçulmano e do mau muçulmano do governo Bush é, ironicamente, a mesma aplicada pelo grupo salafista.

As investidas contra membros da comunidade muçulmana ocorrem no Brasil principalmente quando há episódios de violência no exterior praticados por autoproclamados muçulmanos, membros do Daesh ou não, e que acabam tendo cobertura intensa da mídia, gerando grande comoção na população. Um exemplo disso ocorreu após um ataque contra o semanário Charlie Hebdo em Paris, que causou a morte de 12 pessoas em janeiro de 2015 por dois atiradores que estariam se vingando contra a publicação de charges desrespeitosas. A Mesquita Brasil, considerada a mais antiga da América Latina, foi atacada por pichadores. Na mesma ocasião, uma jovem que usava o hijab foi agredida em uma rua da periferia da capital paulista. O relato desse ataque consta em um relatório sobre intolerância religiosa no país:

Uma semana após a tragédia do assassinato dos cartunistas do seminário francês Charlie Hebdo, a professora de teatro Sarah Ghuraba, muçulmana de 27 anos, caminhava para consulta médica quando levou uma pedrada na perna. Junto ao ataque físico veio o verbal: “muçulmana maldita!”, disse o desconhecido, que a atacou somente por ser muçulmana, e logo em seguida fugiu correndo. Ao relatar o caso no Facebook, para alertar outras muçulmanas para que tivessem cuidado, recebeu algumas mensagens solidárias, mas várias outras ofensivas: “falaram que eu deveria ter levado um tijolo na cabeça e outros prometeram terminar o trabalho. É assustador. Será que uma muçulmana brasileira precisa morrer para entenderem que existe islamofobia no Brasil? (...)”⁶⁷

Em 13 de novembro do mesmo ano, houve um novo atentado em Paris e na vizinha cidade de Saint-Denis em que cerca de 130 pessoas foram mortas por atiradores. Logo após o episódio, reivindicado pelo Daesh⁶⁸, duas fiéis foram atacadas com pedras e cusparadas

⁶⁶ GERGEZ, Fawaz A. *ISIS: a History*. Princeton: Princeton University Press, 2016, p. 145.

⁶⁷ SANTOS, Babalawô (*et al.*) Intolerância religiosa no Brasil: relatório e balanço. Rio de Janeiro: Klíne: CEAP, 2016, p. 39. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2018/08/relatorio-final-port-2.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2020.

⁶⁸ CALLIMACHI, Rukmini. ISIS Claims Responsibility, Calling Paris Attacks ‘First of the Storm’. *The New York Times*, Nova York, 15 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2015/11/15/world/europe/isis-claims-responsibility-for-paris-attacks-calling-them-miracles.html>> Acesso em: 12 jan. 2021.

em Curitiba (PR). As vítimas também relataram ter ouvido gritos de “volte para o seu país” – apesar de ambas serem brasileiras⁶⁹. A maior parte dos ataques contra muçulmanos ocorre no transporte público ou na rua e é dirigido a mulheres, que em geral são mais facilmente identificadas pelo uso do véu e supostamente oferecem menos capacidade de reação física – as mulheres também são o grupo que mais se reverte ao Islã no país. Os líderes religiosos entrevistados também relatam reclamações recorrentes de muçulmanas em relação ao acesso ao mercado de trabalho – o uso do véu seria visto com preconceito pelos recrutadores, que relutariam em contratar mulheres que usam a vestimenta.

Entre setembro e dezembro de 2015, mesmo ano em que ocorreram os dois massacres em Paris, 32% dos 66 atendimentos realizados pelo Centro de Promoção da Liberdade Religiosa & Direitos Humanos (CEPLIR), órgão do governo do Rio de Janeiro, foram de muçulmanos. O centro é responsável pela assistência às vítimas de intolerância religiosa no Estado, e atende após o registro de denúncias de forma presencial e por telefone, prestando apoio jurídico, psicológico e social aos seus usuários⁷⁰. Entre nossos informantes em Foz, não foram mencionadas manifestações de intolerância. Ali elas podem ser mais raras do que em outras cidades, como o Rio, por exemplo, devido ao grande percentual de moradores muçulmanos – cerca de 10%, segundo o Censo de 2010⁷¹. É possível, contudo, que também ocorra subnotificação, comum em episódios de intolerância religiosa.

A professora Rajaa Nouredinne, libanesa muçulmana que chegou ao Brasil em 1994, quando se casou com um libanês que já havia imigrado três anos antes para o país, afirma que nunca sofreu nenhum tipo de ofensa, mesmo usando hijab no dia a dia. Contudo, admite a existência de islamofobia no país. Rajaa morou na capital paulista e viveu em Foz do Iguaçu. Estudou em uma universidade particular da cidade, tem carro próprio e residiu em um edifício cuja maioria dos moradores é formada por muçulmanos.

Nunca sofri nada em São Paulo. No Brasil não tem esse lado. Acho que o Brasil tem mais paz do que a Argentina. Não sei, dizem. Eu nunca sofri

⁶⁹ BOREKI, Vinícius. Após ataques a Paris, muçulmanas relatam agressões em Curitiba. *UOL*. Curitiba, 23 nov. 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/23/apos-ataques-a-paris-muculmanas-relatam-agressoes-em-curitiba.htm>> Acesso em: 11 mar. 2020. RIBEIRO, Diego. Mulheres são vítimas de agressões por serem muçulmanas. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 23 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mulheres-sao-vitimas-de-agressoes-por-serem-muculmanas-em-curitiba-2q6boovjzp27i6jnv3w4j9mpz/>> Acesso em: 11 mar. 2020.

⁷⁰ SANTOS, Babalawô (*et al.*) Intolerância religiosa no Brasil: relatório e balanço. Op. cit. p. 24. As religiões de matriz africana, que nesse período receberam 30% dos atendimentos, são os alvos mais comuns das ocorrências de violência religiosa no Brasil.

⁷¹ PINTO, Paulo G. H. R. Islã em números. Os muçulmanos no Censo Demográfico de 2010. Op. Cit, p. 267.

nada com os argentinos também. Mas no Brasil nunca sofri nada, nunca. Esta islamofobia que criaram no mundo é perigoso. É perigoso⁷².

A questão sobre a existência de islamofobia no Brasil é controversa na própria comunidade. O *sheikh* Rodrigo Jalloul, do Centro Islâmico Fatima Zahra, localizado na Vila Matilde, em São Paulo, é um dos poucos a afirmar que os casos são isolados e que não existe um ódio ostensivo aos muçulmanos no país⁷³. Mas, como a maior parte dos ataques parece estar relacionada especificamente a grande cobertura de episódios violentos no exterior envolvendo autointitulados muçulmanos, é possível inferir que a comunidade local está mais sujeita à reverberação de notícias de fora do país, principalmente da Europa e dos Estados Unidos, do que à sua atuação no Brasil.

Islã, política e etnicidade

A maior parte dos fieis nas comunidades muçulmanas de São Paulo e Foz do Iguaçu são originários do Líbano e, por isso, têm fortes ligações com o exterior. As mesquitas celebram não apenas eventos religiosos, mas também relacionados a acontecimentos políticos internacionais recentes. Um desses eventos é o dia da Vitória e Libertação do Líbano, em 25 de maio, feriado que marca o fim da ocupação israelense no sul do país, que durou entre 1978 e 1982. Na noite do dia 25 de maio de 2018, uma sexta-feira, observamos uma grande festa na *husayniyya* Imam Al-Khomeini, dentro da Sociedade Beneficente Islâmica (da vertente xiita) em Foz do Iguaçu, cuja fachada do prédio se destaca pela placa que traz as bandeiras do Brasil e do Líbano. O salão estava lotado e contava com as demais dependências e a entrada também cheias de famílias da comunidade e convidados. A celebração incluiu discursos em português e árabe e apresentações de crianças e adolescentes de ambos os sexos pertencentes ao grupo escoteiro ou matriculados na Escola Libanesa-Brasileira da cidade paranaense. Em uma das performances, as crianças fizeram uma apresentação de dança com músicas patrióticas em árabe, vestidas com camisetas de manga comprida verdes estampadas com o símbolo das Forças Armadas do Líbano. Ao fundo, uma decoração com as cores da bandeira do país (branco e vermelho) e pombas brancas de papel.

⁷² Entrevista concedida a autora em 20 de maio de 2018 na residência da informante em Foz do Iguaçu (PR).

⁷³ Entrevista concedida a autora em 11 de fevereiro de 2018 no Centro Islâmico Fatima Zahra, em São Paulo (SP).

Imagem 2 – Fotografia da fachada da Sociedade Beneficente Islâmica, Foz do Iguaçu (PR)

Fonte: a autora

Eventos desse tipo parecem demonstrar um esforço para a manutenção da coesão do grupo não apenas no campo religioso, mas também político. Outra questão premente é passar aos mais jovens a necessidade de manter os laços com o Líbano. Por isso, em Foz do Iguaçu e em outras comunidades de imigrantes libaneses mais recentes, é comum observar famílias que enviam os filhos para passar temporadas extensas no país com o objetivo de se tornarem fluentes na língua árabe, de se aproximarem mais da religião e de suas origens. A questão da transnacionalidade é uma característica muito presente na comunidade, que lida com comércio no Paraguai, importação de produtos da China, tem relações com grupos da diáspora libanesa em várias partes do mundo, dos EUA ao Oeste da África, e está vinculada a questões políticas do Oriente Médio, como a questão palestina. As idas e vindas ao Líbano, tanto para morar um período ou somente visitar parentes, são vistas como naturais. Além disso, Rajaa Nouredinne afirma que é comum o envio de remessas não somente para ajudar familiares, mas também para a construção de moradias próprias no país, pois muitos sonham em voltar a morar em suas cidades de origem⁷⁴.

⁷⁴ Entrevista concedida a autora em 20 de maio de 2018 na residência da informante em Foz do Iguaçu (PR). Em 2019, Rajaa voltou a morar no Líbano. Para mais detalhes sobre os deslocamentos entre Líbano e Brasil e assuntos relacionados, como remessas, construções de casas, casamentos etc. ver: OSMAN, Samira A. *Entre o Líbano e o Brasil: dinâmica migratória e história oral de vida*. Tese (Doutorado em História Social) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas– Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05112007-133744/pt-br.php>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

Nas mesquitas xiitas também é celebrada uma outra data de cunho político, o dia de Al Quds (Jerusalém em árabe) na última sexta-feira do mês do Ramadan. A data foi instituída pelo aiatolá iraniano Ruhollah Khomeini (1902-1989), líder religioso revolucionário e político do país, que foi um importante *marja*⁷⁵ do ramo xiita duodecimano. A intenção da celebração é demonstrar o apoio da comunidade sectária à luta pela autodeterminação palestina. No dia 8 de junho de 2018, presenciamos a comemoração no salão de eventos localizado na Mesquita do Brás, em São Paulo. Desta vez, a celebração contou com discursos e a presença de lideranças políticas e religiosas não somente xiitas, mas também de sunitas e cristãos de ritos orientais, além de intelectuais da comunidade árabe e simpatizantes da causa palestina. Ao contrário da festa do dia da Libertação em Foz do Iguaçu, a celebração do dia de Al Quds em São Paulo não tinha a participação de famílias. Era mais voltada a membros do sexo masculino da comunidade e tinha a intenção de incluir pessoas externas à comunidade⁷⁶.

No caso específico da data relacionada à autodeterminação palestina, é evidente que a comemoração transborda a ligação da comunidade xiita com o Líbano. A celebração não se dá pela presença palestina maciça em campos de refugiados no país, mas por ser um canal de coesão do grupo sectário. A data é especialmente patrocinada pelo governo da República Islâmica do Irã, que também ajudou a erguer centros islâmicos xiitas no Brasil, como o Imam Khomeini em Foz do Iguaçu e o Centro do Imam Al-Mahdi, na Vila Monumento, em São Paulo, por exemplo. Da mesma forma, a Arábia Saudita colaborou na construção de outros templos sunitas, como a mesquita Omar Ibn Al-Khattab⁷⁷. A aproximação da comunidade xiita, que é essencialmente libanesa no Brasil, com os iranianos também se dá na questão da jurisprudência islâmica. Cada fiel tem seu *marjati* (plural de *Marja' al Taqlid*⁷⁸), e muitos deles são originários do Irã, um grande centro do pensamento duodecimano. Entre os *marjati* populares observados entre os entrevistados estão Ali Khamenei, que substituiu Khomeini na liderança política do país, e o iraquiano Ali Sistani.

Ao mesmo tempo em que a comunidade muçulmana promove celebrações que extrapolam as atividades religiosas, ela também não tem se furtado a participar, ao lado de

⁷⁵ A legitimidade da decisão de Khomeini vem também do fato de ele ser *marja'*, um jurista que tem autoridade para emitir decisões legais com base na lei islâmica. A questão é explicada com mais detalhes mais adiante.

⁷⁶ A celebração das duas datas ocorreu, coincidentemente, durante o mês do Ramadan.

⁷⁷ PINTO, Paulo G. H. R. Muslim Identities in Brazil. Engaging Local and Transnational Sphere. Op. cit.

⁷⁸ Significa autoridade a ser seguida. O termo é usado em geral para juristas do mais alto escalão (aiatolás) da comunidade duodecimana que produzem a jurisprudência relativa a questões que não são claras. (MOUSSAVI, Ahmad Kazemi. The Establishment of the Position of *Marja'iyyat-i Taqlid* in the Twelver-Shi'i Community. *Iranian Studies*, vol. 18, no. 1, 1985, pp. 35–51. Disponível em: www.jstor.org/stable/4310480. Acesso em: 8 abr. 2020.

outros grupos confessionais, de manifestações políticas públicas mais amplas. Passeatas organizadas pela colônia tanto em São Paulo como em Foz do Iguaçu refletem como a ligação com o Líbano é sensível e unificadora, seja ela entre imigrantes recentes ou não, descendentes, cristãos e muçulmanos, xiitas ou sunitas. Em pelo menos três ocasiões, observaram-se atos em defesa de questões que claramente representavam um interesse da colônia em termos de defesa do Estado-nação, aos quais diferentes grupos sectários se uniram, em rápida mobilização.

Em 2006, os ataques israelenses ao sul do Líbano, região originária de grande parte dos imigrantes que se instalaram no Brasil, provocaram grande agitação. O bairro do Brás, local de concentração de comerciantes de origem libanesa em São Paulo, e a avenida Paulista⁷⁹ foram palco de manifestações onde se viam bandeiras libanesas⁸⁰. Em Foz do Iguaçu também houve protestos e a comoção foi ainda maior: Akil Merhei, presidente do grupo de escoteiros Brasileiro-Libanês da cidade, sua esposa e dois filhos foram vítimas fatais dos bombardeios aéreos israelenses indiscriminados enquanto visitavam parentes no sul do Líbano⁸¹. A colônia também acompanhou com angústia a operação de resgate promovida por Brasília no país de centenas de cidadãos brasileiros e suas famílias que fugiam da agressão externa⁸².

Outra ocasião em que integrantes de diferentes segmentos religiosos foram às ruas protestar se deu em 2014, após a exibição de uma reportagem sobre o Líbano no programa dominical *Fantástico*, da rede Globo. A reportagem, produzida por um correspondente da emissora sediado em Israel, trazia relatos de episódios de violência e depoimentos de mulheres que haviam sido agredidas por seus parceiros no Líbano. A mobilização no Brasil se deu especialmente entre muçulmanos⁸³, que tradicionalmente são retratados como opressores na imprensa. Mas também indignou libaneses cristãos que, por sua vez,

⁷⁹ Na avenida Paulista está localizado o consulado geral libanês e nas proximidades estão o bairro do Paraíso, que já concentrou contingentes da comunidade, e a Catedral Ortodoxa Metropolitana.

⁸⁰ MARINGONI, Gilberto. Libaneses e simpatizantes protestam em São Paulo. *Carta Maior*, São Paulo, 28 jul 2006. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Libaneses-e-simpatizantes-protestam-em-Sao-Paulo/4/11212>> Acesso em: 1 abr. 2020. AGÊNCIA ESTADO. Passeata em São Paulo reúne 4 mil pela paz no Líbano. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 ago. 2020. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,passeata-em-sao-paulo-reune-4-mil-pela-paz-no-libano,20060806p48683>> Acesso em: 1 abr. 2020.

⁸¹ PINTO, Paulo G. Conversion, Revivalism, and Tradition: the religious dynamics of Muslim communities in Brazil. *Op. cit.*, p. 136.

⁸² DIANNI, Claudia. Brasil vai resgatar 380 no Líbano. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 jul 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2107200609.htm>> Acesso em: 1 abr. 2020.

⁸³ COMUNIDADE libanesa protesta contra a Rede Globo de Televisão. *Oriente Mídia*, São Paulo, 10 jul. 2014. Disponível: <<http://www.orientemidia.org/comunidade-libanesa-protesta-em-frente-a-sede-da-rede-globo-de-televisao-em-sao-paulo/>> Acesso em: 1 abr. 2020.

observaram que cada grupo confessional tem suas próprias leis e consideravam que não era cabível generalizar o comportamento a todos os libaneses. É interessante notar como a reportagem localizava a violência contra a mulher em fronteiras nacionais e religiosas, ignorando que a questão é mais ampla e atinge outras tantas regiões do globo, como a América Latina, inclusive o Brasil. Da mesma forma, Lila Abu Lughod observou que o discurso de defesa da mulher muçulmana vem sendo instrumentalizado não apenas pela mídia. A violência contra mulheres muçulmanas é denunciada quando a violência parte de homens muçulmanos. Por outro lado, quando a violência ocorre contra muçulmanas na Palestina ou em outros lugares por homens ou mulheres de outros credos, o silêncio prevalece. Segundo ela, é difícil causar comoção “se não fosse o caso de serem homens muçulmanos oprimindo mulheres muçulmanas”⁸⁴.

Mais recentemente, pelo menos duas passeatas foram organizadas em São Paulo em apoio às manifestações populares contra a crise econômica, a corrupção e o sistema político sectário que eclodiram no Líbano em 17 de outubro de 2019⁸⁵. A primeira delas ocorreu num domingo, três dias depois da eclosão dos protestos em Beirute e teve como ponto de concentração a praça Oswaldo Cruz, no bairro do Paraíso, e seguiu pela avenida Paulista, em São Paulo. A convocação, feita pelo aplicativo de mensagens Whatsapp, destacava como título “De São Paulo a Beirute”, uma aproximação da comunidade local com a capital libanesa (ver Imagem 3). Outro ato semelhante foi convocado na capital paulista no mês seguinte. Foi possível observar, em ambos os protestos, a presença de libaneses e descendentes de várias gerações, tanto cristãos como muçulmanos⁸⁶. Mas, desta vez, o apoio teve pouco fôlego, ao contrário do movimento em Beirute. A ocupação da Praça dos Mártires, no centro da capital libanesa, durou cinco meses, até 30 de março de 2020, quando foi desmantelada pelo Ministério do Interior sob o pretexto de evitar a proliferação da Covid-19⁸⁷.

⁸⁴ ABU-LUGHOD, Lila. *Do Muslim women need saving?* Cambridge: Harvard University Press, 2013, p. 41. Tradução livre da autora para: “if it were not a case of Muslim men oppressing Muslim women”.

⁸⁵ YEE, Vivian. Lebanon Protests Unite Sects in Demanding New Government. *The New York Times*, Beirute, 23 out. 2019. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/10/23/world/middleeast/lebanon-protests.html?searchResultPosition=10>> Acesso em: 1 abr 2020.

⁸⁶ Os xiitas se abstiveram de participar dos protestos devido ao alinhamento com a posição dos grupos que tradicionalmente representam a comunidade no Parlamento libanês. Hezbollah e Amal faziam parte da coalizão que sustentava o governo de Saad Hariri, que se desfez semanas após os primeiros protestos.

⁸⁷ ROSE, Sunniva. Lebanon: decision to dismantle protest camps over coronavirus fears causes controversy. *The National*, Beirute, 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.thenational.ae/world/mena/lebanon-decision-to-dismantle-protest-camps-over-coronavirus-fears-causes-controversy-1.999165>> Acesso em 1 abr 2020.

IMAGEM 3 – Chamada para ato divulgada em grupos de Whatsapp

Fonte: reprodução de imagem do aplicativo Whatsapp

A marca étnica, que se mostra menos visível e de menor importância na esfera política, se mostra mais relevante dentro da esfera religiosa. Em mesquitas mais antigas, como a sunita Ibn Al-Khattab em Foz do Iguaçu, e a xiita do Brás localizada no bairro de mesmo nome em São Paulo, é nítida a presença de mais libaneses e seus descendentes, do que a de revertidos. Mesmo assim, na primeira, o sheikh Oussama El-Zahed, libanês que

está há cerca de duas décadas no Brasil, realiza parte de seus sermões de sexta-feira em português. Na Mesquita do Brás, os sermões são feitos somente em árabe – há um serviço disponível de tradução simultânea com aparelhos que utilizam fones de ouvido, o que denota uma preferência da mesquita em voltar-se à comunidade de língua árabe. Em ambas as mesquitas são encontrados muçulmanos de outros países árabes e não árabes, especialmente africanos. A falta do domínio do idioma para compreender o sermão – marcado pelo uso dos aparelhos – é uma fronteira de não pertencimento ao grupo étnico que pode vir a causar constrangimento ou a resistência de seu uso mesmo por quem não domine o idioma. Talvez por isso, é possível observar revertidos não usando a tradução.

Tais mesquitas parecem estar inseridas em comunidades muçulmanas, “que continuaram a se considerar espaços unicamente dedicados à manutenção da tradição cultural religiosa dos imigrantes do Oriente Médio e sua transmissão para seus descendentes”⁸⁸. Essas comunidades têm como característica comum integrantes que imigraram em período mais recente para o Brasil e têm conexões transnacionais ativas, que incluem negócios, o envio de remessas, a busca por noivas e o envio de filhos para estudar no Líbano. Têm como preocupação a coesão social e a manutenção dos costumes como no país de origem. A mesquita, como um espaço de socialização com contornos religiosos, mas também com ênfase na cultura árabe⁸⁹, talvez iniba ou, pelo menos, não incentive a presença de revertidos e, principalmente, curiosos.

Pode-se inferir que tal opção abriu um nicho para a criação de centros islâmicos independentes, que dão mais atenção ao fenômeno da reversão. Ou seja, são espaços que buscam a difusão religiosa, deixando de lado a questão étnica. Esse é o caso de dois deles, da vertente xiita, localizados em São Paulo, onde, entre seus fieis, a esmagadora maioria é formada de brasileiros revertidos. São eles os centros paulistanos Fatima Zahra, fundado pelo *sheikh* brasileiro Rodrigo Jalloul⁹⁰, descendente de libaneses sunitas que estudou no Irã, e no Al Mahdi, na Vila Monumento, liderado pelo *sheikh* iraniano Hossein Khaliloo, onde os sermões também são ministrados em português. No Centro Islâmico no Brasil, liderado pelo *sheikh* iraquiano Taleb Hussein Al-Khazraji, por sua vez, é realizado um

⁸⁸ PINTO, Paulo G. Conversion, Revivalism, and Tradition: the religious dynamics of Muslim communities in Brazil. Op. cit., p. 112. Tradução livre da autora para: “that continued to consider themselves as spaces solely devoted to the maintenance of the religious cultural tradition of Middle Eastern immigrants and its transmission to their descendants”.

⁸⁹ GATTAZ, André. *Do Líbano ao Brasil: história oral do imigrantes*. Op. cit, p. 140.

⁹⁰ Jalloul lançou, no início de 2020, sua pré-candidatura a vereador na cidade de São Paulo nas eleições do mesmo ano pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), mas não foi eleito.

trabalho voltado à difusão do Islã principalmente através da tradução de obras para o português e venda de artigos islâmicos no site Arresala.

Considerações finais

A presença de um grande contingente de libaneses e descendentes no Brasil é fruto de vários fluxos imigratórios que datam desde meados do século XIX. Os pioneiros se estabeleceram em diversos rincões do Brasil e hoje há sobrenomes árabes do norte ao sul do país. Em vários locais, especialmente em São Paulo, o sucesso financeiro e o contexto urbano, que facilitaram a ênfase na educação dos filhos, fez com que essas primeiras levas ascendessem socialmente e hoje seus descendentes se encontram nos extratos mais altos da pirâmide social e inseridos na elite política não somente local, mas também na nacional. Talvez por isso, entre esses imigrantes e descendentes, o Líbano esteja mais distante, apesar de muitos ainda participarem de clubes e de manifestações em torno da defesa territorial do país como Estado-nação: seja de ataques externos, como o registrado em 2006 por parte de Israel, seja com relação a conflitos internos, como o apoio à revolta popular contra a corrupção e a crise econômica no país, em 2019.

Observa-se que o sucesso da assimilação da comunidade libanesa se deu não somente através da inserção econômica propiciada pela ênfase na educação formal de seus descendentes, mas também pela participação ativa na atividade política do país, mesmo durante a ditadura civil-militar. A sobrerrepresentação de membros da comunidade, em nível nacional, e especialmente no Estado de São Paulo, pode ser um reflexo do valor dado pelos membros à vida associativa ou ao pragmatismo citado por Knowlton.

A comunidade muçulmana libanesa, por outro lado, ainda se encontra num processo inicial de adesão à participação política local. De imigração mais recente e com relações contínuas, fortalecidas através de viagens com fins educacionais e econômicos, esse grupo mantém laços mais fortes com o Líbano do que seus conterrâneos cristãos, de levas mais antigas. O papel desempenhado pelas mesquitas em solidificar a coesão étnica, e também em manter a conexão política com o Oriente Médio, faz com que essas comunidades mantenham uma ligação mais intensa com a terra de origem. Por outro lado, o processo de ativação política local está em plena ascensão como mostra a recente inserção na Câmara dos Vereadores de Foz do Iguaçu.

Apesar de a reafirmação do Líbano como Estado-nação ainda ser vista como um ponto comum entre todos os grupos sectários – e o ataque de um inimigo externo ser

unificador –, a divisão política interna se sobressai. Datas como o dia de Al Quds, fixado pelo aiatolá Khomeini, não são comemoradas em outras comunidades além da xiita, apesar de significar a defesa de uma bandeira popular também entre os sunitas. As manifestações contra o governo de Saad Hariri, por outro lado, não foram populares entre os xiitas brasileiros, que atenderam o apelo de Nasrallah e do grupo Amal. O desconforto de fundo político entre Arábia Saudita e Irã estão presentes no Brasil, mas não se traduzem em forma de conflito. As questões se reproduzem, mas são menos agudas na comunidade muçulmana brasileira.

As tensões entre as fidelidades étnica, nacional e político-sectária conduzem a comunidade libanesa em sua dimensão mais ampla. Entre os descendentes dos pioneiros, os desencontros iniciais foram superados pela assimilação, facilitada pela adesão confessional e por casamentos interétnicos. Como já destacou o escritor filho de libaneses Milton Hatoum no documentário *Los Caminos del Mascate* (Espanha, 2012), os descendentes não se veem como árabes-brasileiros, mas como brasileiros, ao contrário do que ocorre em outros países, como nos EUA.

Os novos desafios se colocam especialmente à comunidade muçulmana-libanesa. Ela terá de lidar, por um lado, com o desafio de absorver a crescente adesão dos brasileiros revertidos e de imigrantes muçulmanos não-libaneses sem diluir a identidade étnica e, com mais ênfase, a identidade nacional libanesa. Além disso, a coesão do grupo também passa pelo sucesso em passar para os mais jovens a necessidade de manter os laços com o Líbano e com a religião. Por outro lado, a comunidade se vê premida a aumentar a inserção no cenário político-partidário do país – que parece estar em fase de ascensão. A configuração atual está em transformação, com prováveis novos encontros, mas também sujeita a eventuais desencontros.

Recebido em 28 de agosto de 2020

Aceito em 18 de janeiro de 2021